

ROGÉRIO L.FURQUIM WERNECK

Ajuste fiscal e cálculo político

Reverter a preocupante deterioração do quadro fiscal é o grande desafio da condução da política econômica em 1996. Visto desta perspectiva, o mês de janeiro trouxe notícias nada animadoras.

Com o desfecho do caso Banespa, o esforço de estabilização sofreu a sua mais séria derrota desde o início do atual governo. Não se trata de um recuo menor, mas de um retrocesso que agride a própria lógica do programa de estabilização. Depois de ter feito a parte mais difícil, o governo decidiu que era melhor deixar morrer na praia um dos pontos fundamentais da agenda de ajuste fiscal, que é impor restrições orçamentárias efetivas aos Estados. Pagou toda a conta e retirou-se de mãos vazias.

O controle do dispêndio do maior Estado da Federação volta a ficar ao sabor das virtudes de quem for o governador do dia. Abriu-se mão de um arranjo institucional que simplesmente obrigue o governador, seja quem for, a trabalhar com uma restrição orçamentária rígida. E é ingênuo acreditar que vagas promessas de bom comportamento possam ser levadas a sério, inclusive porque há agora um problema de reputação. Um governo que recuou diante de



Com o caso Banespa, o esforço de estabilização sofreu a mais séria derrota

um rombo de R\$ 15 bilhões dificilmente fará um grande estardalhaço se houver um rombo menor.

Foi também em janeiro que se dissiparam as últimas dúvidas sobre o real alcance da reforma da Previdência. Ficou afinal claro que a ambiciosa proposta de reforma do sistema previdenciário, que vinha sendo acalentada pelo governo, acabou reduzida a um controvertido acordo que, na melhor das hipóteses,

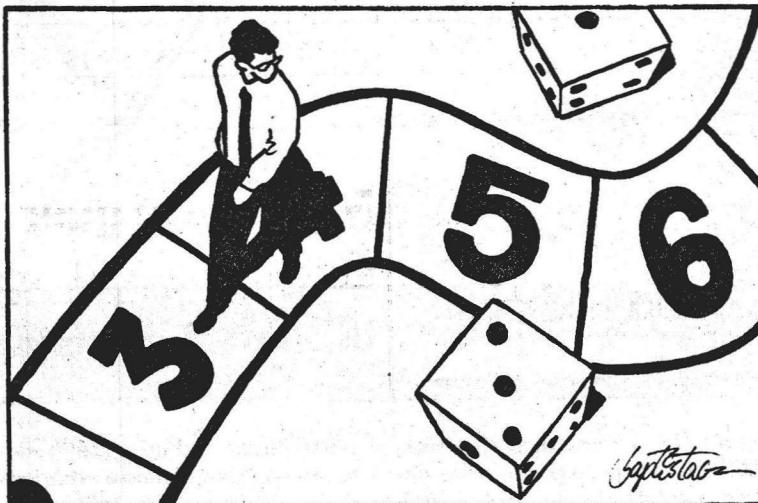
não deve abrigar um décimo das intenções iniciais de mudança. O que se vislumbra é um simples ajuste, muito aquém do que poderia ser legitimamente considerado uma reforma.

A esta altura já não cabe mais dúvida de que o ajuste fiscal deverá ser lento e que provavelmente deverá se arrastar pelo resto do atual mandato presidencial. E que expressões como reforma administrativa, reforma previdenciária e reforma tributária escondem uma complexidade técnica, jurídica e política que o governo vem tendo enorme dificuldade em enfrentar. Mas no caso dos bancos estaduais, o Executivo herdou do governo passado uma posição privilegiada para impor uma solução definitiva ao problema. Faltou vontade política de ir até o fim, em uma decisão em que não havia necessidade de apoio do Congresso.

Se o governo tivesse ficado firme e se recusado a devolver o Banespa a seu acionista controlador, poderia ter dado por concluída a tarefa de impor aos Estados um novo regime fiscal. A reputação que adviria da decisão de não re-

cuar teria sido suficiente para demover os demais governadores da idéia de voltar a lançar mão da gestão irresponsável das instituições financeiras sob seu controle, para escapar dos rigores da restrição orçamentária. Isso teria estabelecido um divisor de águas. Teria sido um notável avanço do esforço de ajuste fiscal. Particularmente importante para um governo que tem tão pouco a mostrar nesta área e que, se continuar nessa situação, poderá se defrontar com sérias dificuldades para manter a credibilidade do programa de estabilização.

O que é mais lamentável é que o governo não sofreu a derrota do Banespa porque dispunha de recursos políticos insuficientes. Resolveu entregar o jogo porque entendeu que tinha melhor uso alternativo para os vastos recursos políticos de que dispõe. Mas não é fácil vislumbrar que uso seria este. Afinal, o programa de estabilização está fadado em qualquer circunstância a ser o feito maior deste governo. E o ajuste fiscal é absolutamente fundamental para a consolidação da estabilização. Dado o custo político elevado de formas alternativas de fazer avançar o ajuste fiscal, é difícil evitar a conclusão de que o recuo do governo no caso Banespa envolveu um grave erro de cálculo político.



■ Rogério L. Furquim Werneck é professor do Departamento de Economia da PUC-RJ

■ Joelmir Beting está em férias